



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

DURANTE A MAIOR PANDEMIA DO SÉCULO

governo Bolsonaro gasta R\$ 1,8 bilhão em alimentos
para seus órgãos e ministérios



**Servidoras e Servidores
públicos lutam por
vacinação para todos já!**

Pág. 3

**Greve Sanitária é
em defesa da vida!**

Pág. 10

VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS: **na luta é que a gente se encontra**

*Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins,
Marielles, malês
Na luta é que a gente se encontra*

(Fragmento do samba-enredo
da Mangueira de 2019)

O mês de fevereiro é marcado pela história de resistência de uma das principais manifestações culturais do Brasil, o carnaval, que, ao expor a diversidade de expressões nas regiões do país, nos mostra 'vários Brasis'. Mas, neste ano, no mês de fevereiro não teve carnaval. São os números e a dura realidade de um país sem projeto de imunização para a sua população, uma realidade que segue substituindo a poesia dos nossos sambas e as aglomerações das multidões em festa por milhares de vidas ceifadas pela Covid-19 e pela política criminosa do governo de Bolsonaro-Mourão.

De um lado temos os números indignantes dos gastos públicos do Governo Bolsonaro com especírias, além de dados que apontam o descaso deste governo com os recursos naturais por meio do desmonte ambiental denunciado no relatório do Observatório do Clima. A boiada segue passando. Por outro lado, nos assustam, mais a cada dia, o aumento da contaminação pelo coronavírus, em especial o crescimento

de mortes da população de Manaus: só na comunidade universitária da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foram mais de noventa perdas, entre professores e professoras, estudantes e servidores técnico-administrativos, e nos solidarizamos profundamente com suas famílias e colegas.

Diante dessa realidade, em janeiro e fevereiro saímos às ruas, não para o carnaval, mas em luta em diversas manifestações, nas carreatas nos estados, na vigília em frente à Câmara dos Deputados em 01/02/21, dia das eleições da presidência da Câmara e do Senado, quando, com as entidades do Fonasefe, entregamos um manifesto das servidoras e dos servidores públicos. Nas carreatas, professoras e professores de todo o País se engajaram na organização e participação dos atos em unidade com as frentes e fóruns e em conjunto com trabalhadoras e trabalhadores em defesa da Vacinação para Todas e Todos já, pelo retorno do Auxílio Emergencial e pelo Fora Bolsonaro-Mourão.

Como parte da luta e das mobilizações para enfrentar e resistir ao ataque à vida, nesse contexto, os setores das IFES, IEES e IMES reuniram-se em conjunto no dia 06/02/2021 e apontaram a convicção para chamar greve sanitária caso haja pressão para o retorno sem as condições sanitárias, que passam pela Vacinação Para Todas e Todos já! Essa consigna é uma das prioridades para a construção da unidade com aqueles que adensam o necessário impeachment de Bolsonaro, a urgente

garantia da renda emergencial e a luta contra a Reforma Administrativa.

Estamos diante de uma conjuntura extremamente perversa para aquelas e aqueles que, como o ANDES-SN, lutam pela educação pública, gratuita e socialmente referenciada. Por isso, entendendo a necessidade de organizarmos melhor nossas lutas, o ANDES-SN também em fevereiro retomou a agenda de reuniões dos Grupos de Trabalho nacionais e se prepara para a realização do Conad extraordinário que atualizará o Plano de Luta do Sindicato.

É assim, com luta classista, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, anticapacitista, que o ANDES-SN comemora os seus 40 anos de existência. Com a potência possível em tempos pandêmicos, no dia 19/02/21 a live de aniversário contou com a participação de diversas entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais e com a força da arte da cantora Nina Rosa e do Grupo de Teatro Popular de Ilhéus, porque entendemos que também é da arte que emana a força para nossas lutas cotidianas.

Conclamamos as seções sindicais, sindicalizadas e sindicalizados, a participar da construção cotidiana do nosso sindicato, em cada seção sindical, nos GTs locais e nacionais, nos espaços deliberativos, e que estejamos nas ruas, nas carreatas e em todas as ações de mobilização em que a classe trabalhadora estiver. Em defesa da vida, dos serviços e dos/as servidores/as públicos. Vacinação para todas e todos: **na luta é que a gente se encontra.**

VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS JÁ!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Jornada de Lutas das e dos servidores mobiliza em defesa dos serviços públicos e vacinação



Foto: Divulgação

Servidoras e servidores públicos iniciaram o ano de 2021 em plena mobilização. De 24 de janeiro a 1º de fevereiro ocorreu a Jornada Nacional de Lutas em Defesa dos Serviços Públicos, da Vida a frente dos Lucros e pela Vacinação imediata de toda a população.

As atividades foram articuladas pelas entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), em conjunto com as coordenações dos fóruns estaduais, reunindo ainda servidoras e servidores estaduais e municipais, e também centrais sindicais e movimentos sociais.

O começo da jornada marcou o Dia Nacional das Aposentadas e dos Aposentados, celebrado em 24 de janeiro. A data é marcada pela luta por uma aposentadoria justa e por melhores condições de vida e de saúde.

Nos dias 26 e 27 de janeiro, as servidoras e os servidores participaram da 20ª edição do Fórum Social Mundial (FSM), que teve como tema "O Mundo pós-covid-19". O Fonasefe contou com representação na mesa "Trabalhadores dos serviços públicos federais na luta pela democracia e pela vida".

No mesmo dia, o ANDES-SN compôs o painel "Vacina como direito fundamental na agenda da educação pública brasileira" e, no dia seguinte, a mesa "A centralidade da luta antirracista e anticheteropatriarcal na contemporaneidade

pandêmica e pós-pandêmica e o papel das Universidades, Ifs e Cefets". Todos os painéis foram retransmitidos nas redes sociais do Sindicato.

As mobilizações continuaram no dia 30 e 31 de janeiro nos estados, organizadas pelos Fóruns Estaduais e entidades de base estaduais e municipais. Já no dia 1º de fevereiro, Dia Nacional de Lutas em defesa da vacina para todas e todos, foram realizadas carreatas em diversos estados pela manhã e um ato em Brasília (DF), na Câmara dos Deputados.

Naquele mesmo dia, deputadas, deputados, senadoras e senadores votavam para escolher quem seriam as presidentas ou presidentes das Casas nos próximos dois anos. Na ocasião, foi entregue o manifesto do Fonasefe aos candidatos e candidatas que disputavam a presidência. O ANDES-SN transmitiu ao vivo em seus canais a vigília em frente ao anexo 2 da Câmara. Dando continuidade ao movimento iniciado pela Jornada de Lutas, as e os manifestantes participaram do painel realizado às 20h, por vacinação gratuita para todas e todos.

Carreatas

Nos dias 23 e 31 de janeiro, ocorreram manifestações em diversas capitais e em mais de 50 outras cidades, de norte a sul do Brasil. Os protestos foram organizados por movimentos sociais, sindicais, partidos e organizações da classe trabalhadora. O Fonasefe incorporou em sua jornada as

manifestações contra Bolsonaro, em defesa da vacinação imediata para toda a população e a volta do auxílio emergencial. Diante da pandemia da Covid-19, as e os manifestantes estavam em carros, motos e bicicletas.

"O momento é de intensificar a luta e fortalecer os movimentos, na construção da unidade contra o governo Bolsonaro, pela vacinação para todas e todos de forma gratuita, com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) que deve ser uma política coordenada, efetivada e construída pelo Estado. E, para isso, precisamos nos mobilizar em fevereiro, em novas carreatas, pressionar as e os parlamentares para desengavetar os pedidos de impeachment no Congresso Nacional", ressalta Rivania Moura, presidenta do ANDES-SN.

De acordo com David Lobão, coordenador-geral do Sinasefe, neste mês de fevereiro, os servidores e as servidoras continuam a agenda de mobilizações que terá no dia 21 uma carreata contra a reforma Administrativa e, no dia 23, uma plenária nacional para unificar o calendário de lutas e iniciar a Campanha Salarial.

"Há uma necessidade do debate com a sociedade para mostrar o que ela vai perder com a reforma Administrativa, que destruirá o SUS, a educação pública, o INSS, os serviços de fiscalização, entre outros males. E, com a categoria isolada, nós não conseguiremos, precisamos da sociedade e do seu apoio em defesa de um Estado que atenda às suas necessidades", acrescenta Lobão.

Trabalhadores da Alphabet, dona do Google, **criam sindicato nos EUA**



No início de 2021, trabalhadoras e trabalhadores da estadunidense *Alphabet*, que controla o Google e várias outras empresas, anunciaram a criação do Sindicato de Trabalhadores da *Alphabet* nos Estados Unidos da América (EUA). A *Alphabet* é acusada de reprimir, perseguir e demitir trabalhadoras e trabalhadores, que denunciam discriminação, assédios e abusos, ou quando alertam sobre os danos que os produtos e tecnologias das empresas podem causar à sociedade. E, ainda, quando alertam sobre a política antitruste e de monopólio, ou denunciam as condições de trabalho a que estão submetidas e submetidos.

Em dezembro de 2020, Timnit Gebru, uma pesquisadora negra da área de Inteligência Artificial (IA), disse que o Google a demitiu depois que criticou a postura da empresa quanto à contratação de minorias e aos preconceitos embutidos nos sistemas de IA. O Google tem apenas 1,6% mulheres negras entre todos os seus funcionários e funcionárias. Para entender a importância e o contexto da criação dessa entidade sindical, o Informandes conversou com os pesquisadores e pós-doutorandos em Sociologia pela Unicamp, Marco Gonsales e Murillo Van Der Laan, ambos do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPMT).

Informandes: Como vocês analisam a criação de um sindicato no setor de tecnologia e inovação?

Marco Gonsales e Murillo Van Der Laan: A história recente da mobilização dos trabalhadores do setor de tecnologia, que culminou na criação do Alphabet Workers Union, tem como ponto de apoio as diversas contestações de classe, raça, gênero, sexualidade e ecológicas que há mais de uma década vem se manifestando nos Estados Unidos. Em termos gerais, dentro do setor de tecnologia, a organização começou a partir de trabalhadores terceirizados

de setores considerados de menor qualificação, como trabalhadores da segurança, do transporte, da limpeza e das cantinas das grandes companhias do Vale do Silício. Essa força de trabalho, marcadamente composta por grupos onde incidem fortemente opressões racial e de gênero, lutou por melhores condições de trabalho, por respeito e por salários e benefícios em uma região dos EUA onde o custo de vida é muito alto. Trabalhadores de setores considerados mais qualificados e com mais estabilidade do Vale do Silício reconhecem que essa luta serviu de inspiração para que também eles se organizassem. Ao fazê-lo, puderam romper com a ambivalência relacionada à identidade de classe que é característica de partes desses setores considerados mais qualificados; se reconheceram, assim, como o que de fato são, em última instância, para essas companhias: trabalhadores.

Informandes: O novo sindicato representa trabalhadores e trabalhadoras da empresa, independente da forma de contratação e área de atuação. Como essa abrangência pode contribuir para o engajamento e adesão da categoria?

MG e MVdL: A nosso ver, a forma de organização dos trabalhadores do Alphabet Workers Union procura enfrentar problemas históricos registrados por militantes e pela literatura do trabalho: a fragmentação dos trabalhadores impulsionada pelo capital. A manipulação de elementos raciais, de gênero e de sexualidade pelo empresariado e a proliferação de contratos de trabalho precários resulta não apenas em redução de custos ao capital, em detrimento dos ganhos e da vida dos trabalhadores, mas mina também a organização destes últimos ao tentar colocá-los uns contra os outros. Por um lado, ao emergir de lutas que levaram a sério as diferenças e as interseções entre classe, gênero, raça e sexualidade e, ao menos à primeira vista, dar vazão a essas questões, o Alphabet Workers Union busca avançar na solidariedade e estimular o engajamento. Por outro lado, o modelo de organização adotado não recorreu diretamente ao registro do sindicato junto ao *National Labour Relations Board*, instituição estadunidense

responsável pela formalização sindical. Isso implica em alguns riscos, assumidos conscientemente pelos trabalhadores, mas desburocratiza os processos de organização da luta. Particularmente, permite que trabalhadores autônomos e dos níveis mais baixos de gerência, que não são contemplados pela legislação trabalhista estadunidense, componham o sindicato. O tipo de organização sindical adotado, chamado de “parede a parede” [“wall to wall”], pretende incorporar todos os trabalhadores da Alphabet, sejam temporários, autônomos, terceirizados, etc. Ainda é muito cedo para dizer se essa escolha será bem sucedida: se, por exemplo, os setores mais estáveis e considerados mais qualificados de fato assumirão os riscos pelos trabalhadores mais precarizados, ou como as questões das opressões serão tratadas efetivamente. É importante ressaltar que já há, entretanto, críticas de trabalhadores que têm um histórico de militância no setor tecnológico relacionadas ao modo como o Alphabet Workers Union lida com a questão racial. A nosso ver, essa é uma questão que deve ser levada a sério pelo sindicato recém-criado, sobretudo considerando o contexto de onde ele emergiu e como se apresenta.

Informandes: Nos últimos anos, críticos têm alertado para um enfraquecimento da luta sindical no Brasil. O surgimento do sindicato na Alphabet pode ter algum impacto positivo na organização sindical brasileira?

MC e MVdL: O contexto brasileiro é bastante diverso do estadunidense em que agora nasce o *Alphabet Workers Union*. Se os dois países foram marcados em anos recentes por governos de extrema-direita e por uma forte polarização política, os Estados Unidos experimentaram na última década movimentos significativos de contestação e um ascenso de forças mais combativas da esquerda. Por aqui, os anos do governo PT, particularmente a partir de 2010, testemunharam um incremento da atividade grevista, mas a acomodação sindical e política foi hegemônica. Com exceções muito importantes, os sindicatos brasileiros, em termos gerais, não se aproximaram de sua base, não romperam com certo burocratismo conciliatório, não conseguiram dialogar

com setores mais precarizados da classe trabalhadora e com a sociedade como um todo. O ascenso da direita e da extrema-direita brasileira atacou fortemente as organizações dos trabalhadores, dobrando a rejeição de partes significativas da força de trabalho aos sindicatos; a ponto de mobilizações fundamentais do ano passado, como a dos entregadores de aplicativos, apresentarem certa resistência à organização sindical. Não obstante tal resistência, também houve interações mais frutíferas entre sindicatos, associações e coletivos, na mesma mobilização dos entregadores. Os sindicatos levaram experiência e estrutura enquanto os coletivos e as associações dinamizaram a comunicação e articulação com a base. As tradicionais e as novas estratégias de luta podem caminhar juntas frente aos desafios que se aprumam. Ainda que em um contexto político distinto e, particularmente, levando-se em consideração que se trata de um setor no topo do capitalismo mundial, com trabalhadores altamente qualificados, a nascente experiência da Alphabet Workers Union tem elementos positivos que também estão presentes em exceções importantes do sindicalismo brasileiro: a tentativa de incorporar seriamente as demandas de raça, classe, gênero e ambientais; de articular a organização que integra trabalhadores mais estáveis e mais precarizados da classe, mais e menos qualificados; o diálogo comprometido com preocupações mais amplas e profundas da sociedade. Frente ao acirramento das crises do capital, em suas múltiplas dimensões – ambientais, econômicas, sanitárias e políticas –, é de suma importância a mobilização de setores cuja organização era antes considerada impossível. Elas ocorrem, contudo, em um cenário em que se torna urgente mobilizações que remetam para além do capital.

Murillo Van Der Laan e Marco Gonsales são pesquisadores e pós-doutorandos em Sociologia pela Unicamp. Ambos são do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPMT).



Descaso do governo federal comprova
projeto político de **genocídio da**
população mais pobre do Brasil

Em tempos ditos “normais” já seria questionável o governo federal de um país como o Brasil, com cerca de 65 milhões de pessoas vivendo na pobreza ou extrema pobreza, gastar anualmente mais de R\$ 1,8 bilhão em compras de gêneros alimentícios para seus órgãos e ministérios. Em tempos pandêmicos, essa conta escancara o descaso com a população e as prioridades daqueles que deveriam zelar pelas políticas públicas e pelos recursos da União.

Esse montante foi o gasto do governo Bolsonaro, em 2020, quando o mundo foi atingido pela pandemia de Covid-19. O valor é 20% maior do que o do ano anterior. Compreende, por exemplo, despesas de R\$ 2,2 milhões em chicletes, R\$ 32,7 milhões em pizzas e refrigerantes e R\$ 15 milhões em leite condensado, este último, segundo o presidente Jair Bolsonaro, item “necessário” na dieta dos militares, devido ao seu alto teor calórico e energético.

O mesmo Exército que alimenta seus homens e mulheres com leite condensado, utilizou verba pública, no ano passado, para comprar 700 mil quilos de picanha e 80 mil cervejas. Essas aquisições das Forças Armadas Brasileiras são alvo de uma representação de deputados do PSB junto à Procuradoria Geral da República. Além de questionar os tipos de itens comprados, carnes de cortes nobres e cervejas puro malte, os parlamentares apontam suspeita de superfaturamento nas aquisições.

Os cerca de R\$ 200 mensais com os quais sobrevive a parcela miserável da população brasileira não seriam suficientes comprar, por exemplo, dois quilos da carne (R\$84,14/kg) e quatro garrafas de cerveja (R\$ 9,94 cada) adquiridos pelos militares. Os valores unitários constam em duas das compras de órgãos do Comando do Exército, como mostra o Painel de Preços do Ministério da Economia.

Mas não são apenas esses gastos do governo que causam indignação. Quando olhamos, por exemplo, os recursos destinados ao combate à pandemia de Covid-19, alguns dados já são suficientes para explicitar a má administração intencional de recursos públicos e o desprezo pela vida de brasileiras e brasileiros.

De acordo com o Portal da Transferência, no ano passado, foram destinados R\$ 416,04 bilhões de recursos federais às mais diversas rubricas relacionadas à pandemia – desde auxílio emergencial, recursos aos estados e municípios, ao Fundo Garantidor de Investimentos para pequenas e médias empresas - que recebeu R\$ 20 bi -, e também ao Ministério da Saúde. Este último ficou somente com R\$ 39,2 bi, sendo que parte das verbas veio de emendas parlamentares. Isso apenas 9,44% do total gasto pelo governo federal com a pandemia.

Uma parcela desses recursos, escassos se considerada a dimensão do problema, foi utilizada pelo Ministério

da Saúde para a aquisição de ao menos 4 milhões comprimidos de cloroquina produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). As informações constam em documentos da Pasta, de junho e de outubro de 2020, entregues ao Ministério Público Federal. Os medicamentos comprados foram distribuídos conforme as “Orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico de Covid-19”.

Somam-se a isso, as notícias de que o governo teria investido cerca de R\$ 13 milhões em campanhas publicitárias sobre o uso do “tratamento precoce” no combate à Covid-19. E, ainda, de que o Ministério da Saúde teria “perdido” R\$ 37 milhões em recursos de emendas parlamentares destinadas, em 2020, ao combate à Covid-19, porque não indicou, dentro do prazo, a destinação do dinheiro. Com isso, o montante foi bloqueado e não pode mais ser usado para este fim.

MANAUS, EPICENTRO MUNDIAL DA COVID

Toda essa desorganização propositada na administração e destinação dos recursos públicos, da logística de compra e distribuição de insumos e vacinas e de um plano com diretrizes nacionais sérias e rígidas de combate à Covid-19 tiveram, e seguem tendo, impacto direto na vida e morte da população.

Em 11 de fevereiro, segundo levantamento realizado pelo Consórcio

Do total de gastos públicos em 2020, apenas 12,47% foram usados no combate à pandemia



de Veículos de Imprensa com dados das secretarias estaduais de saúde dos estados, o país havia registrado 1.452 mortes. Desde o início da pandemia até o dia 11, 236.397 vidas foram ceifadas, em grande parte pela ausência de políticas públicas nacionalizadas de contenção da pandemia, divulgação e incentivo às medidas de proteção, como o uso de máscaras, higienização das mãos e isolamento social. É o que avalia Jesem Orellana, epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/Amazônia).

“Na primeira fase, no primeiro momento da pandemia, vamos chamar aí de a experiência de 2020, o Brasil foi um dos poucos países do planeta que ficou em um platô com média móvel de mais de 1000 mortes diárias por cerca de 60 dias. E, dentro desse contexto, nós tivemos a experiência dramática de Manaus, com aquele pico explosivo de mortalidade que chocou a humanidade, com covas coletivas, corpos de indivíduos falecidos por Covid, ou não, ao lado de vítimas que estavam vivas nos hospitais, corpos empilhados em câmeras refrigeradas, colapso da rede hospitalar e, nesse cenário, já dentro de um ambiente de negligência da gestão”, aponta.

Segundo ele, com o desenrolar da pandemia em 2020, foram aparecendo os diversos erros cometidos no início da disseminação da Covid-19 pelo mundo, como por exemplo, a afirmação do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, de que a testagem em massa era desperdício de recurso público.

“Esse é um ponto que não pode ser ignorado e é um ponto fundamental para a gente entender o porquê do nosso fracasso na epidemia. O segundo ponto é que não temos um Estado pronto para propor medidas de mitigação da pandemia. O que nós tínhamos na verdade era um Estado brasileiro atrapalhado, errando em estratégias, como por exemplo, a lenta e fracassada descentralização da vigilância laboratorial, principalmente nos exames e diagnósticos de RT-PCR. E essa é uma realidade que perdura até hoje”, acrescenta.

Segundo Orellana, essa conjunção de fatores associada às precárias condições de vida e saneamento de boa parte da população brasileira, e ao fato de termos um presidente que constantemente nega a gravidade da pandemia, que recomenda, oficialmente, tratamento

precoce com drogas sabidamente ineficazes, estimula aglomerações, aparecendo sem máscara contribuíram para o cenário que vivemos hoje.

“Todo esse conjunto de fatores, que vão desde fatores limitantes na gestão da pandemia, na proposição de políticas públicas eficientes, até a baixa adesão da população às medidas [que podem ajudar a conter a disseminação do vírus], em parte por conta dessa influência negativa do discurso negacionista e, em outra, porque boa parte da população brasileira realmente não tem condições de ficar 90, 120 dias em quarentena, porque para muitas famílias ficar 6 horas, 8 horas sem trabalho é suficiente para comprometer as contas do mês, acabou criando esse ambiente que torna o Brasil um dos piores exemplos de gestão da pandemia em escala sanitária. E Manaus é o maior exemplo do fracasso no combate à pandemia no Brasil. Não por acaso hoje Manaus é conhecida como a capital mundial da Covid-19”, constata.

No início de 2021, a capital do Amazonas mostrou ao mundo o resultado dessa política genocida do governo federal, aliada, no caso de Manaus, às políticas estaduais e municipal. Apenas em janeiro, a cidade registrou o recorde de 2.522 mortes por Covid-19, em meio ao caos televisionado de falta de leitos e oxigênio dos hospitais.

Jesem Orellana acompanha de perto o desespero da população e das equipes médicas e credita esses e tantos outros óbitos ao descaso do governo. Para ele, se os alertas das equipes de saúde e autoridades sanitárias tivessem sido ouvidos, muitas mortes poderiam ter sido evitadas.

“Esse mês foi considerado a pior tragédia sanitária e humanitária já registrada na história da saúde pública brasileira, inclusive. Não temos nada parecido, nada tão agudo, nada tão chocante como essa quantidade monstruosa de pessoas perdendo suas vidas em Manaus por Covid-19, muitas delas inclusive asfixiadas, e outras centenas de vidas perdidas e que continuam sendo perdidas no interior do estado do Amazonas, com 61 municípios, que não tem condições de fazer o RT-PCR regularmente e nenhum deles com leito de UTI. Então, é algo realmente trágico, uma situação dramática, e, no entanto, totalmente previsível”, lamenta.

Ele reforça que a situação é fortemente influenciada pelo discurso negacionista, e que tem participação direta do Ministério da Saúde e do Presidente da República, Jair Bolsonaro. “O Presidente da República, no dia 29 de setembro de 2020, classifica a proposição do nosso grupo de pesquisa ao ex-prefeito de Manaus, de um *lockdown* para conter a pandemia e uma segunda onda, como uma proposta absurda. Algo que foi acompanhado praticamente de imediato pelo governador do estado, e a consequência é essa que estamos vendo, Manaus como epicentro da Covid-19 e, pela segunda vez seguida, horrorizando a humanidade com resultados decorrentes da negligência nas ações de saúde pública, das ações de contenção da circulação viral provenientes dos governos do município, do estado e do governo federal”, ressalta.

Ele explica que a responsabilidade recai sobre os três níveis de gestão, pois o município é responsável pela testagem em massa e pelo apoio de vigilância epidemiológica. Já o estado, como o gestor maior, é o provedor da assistência médico hospitalar de média e alta complexidade e, o governo federal é o suposto “maestro dessa orquestra”.

“Quando você tem três níveis de gestão alinhados, com a mesma perspectiva de negação da pandemia você chega a esses níveis catastróficos. Portanto, mais de 2.500 mortes que, com certeza, seriam evitáveis. Não há nem o que questionar nesse sentido. Eu diria que 90% dessas mortes eram extremamente evitáveis, isso é um crime contra a saúde pública e também um crime contra a humanidade”, denuncia.

Em relação aos investimentos no combate à pandemia, o epidemiologista da Fiocruz/Amazonas afirma que o governo não alocou recursos financeiros de forma robusta o suficiente para dar uma resposta igualmente eficiente.

“Se você pega Manaus, epicentro mundial da Covid atualmente, quando você considera a quantidade de investimentos feita pelo governo federal em relação à quantidade de pessoas, investimento per capita, Manaus é a segunda capital que menos recebeu recursos do governo federal. Então, a gente vai entender perfeitamente é uma gestão que investe pouco, que prefere negar a epidemia a enfrentá-la. Uma gestão que prefere supostamente salvar as contas do país em vez de salvar a vida das pessoas. E acaba

como a gente está vendo: não consegue salvar nem a economia, os indicadores macroeconômicos estão claros, o Brasil está afundado numa recessão, e menos ainda salvar vidas. Esse sem dúvida é o erro mais crítico que o governo federal cometeu ao longo do ano de 2020 e parece obstinado a continuar com a mesma postura em 2021”, explica.

Ortellana reforça que o governo federal falhou gravemente em tomar medidas necessárias de precaução quando a pandemia ainda não havia chegado ao Brasil. E esse erro se repetiu ao longo do ano passado, o que justifica, agora, não haver doses suficientes de vacina para imunizar a população.

“Quando você tem um governo federal que erra ao reconhecer o potencial pandêmico da Covid-19 em fevereiro de 2020, você acaba mergulhado num fracasso irreversível. Perdemos oportunidade de comprar antecipadamente testes, máscaras, de equipar a rede de vigilância epidemiológica, a rede de vigilância laboratorial. Se você erra nesse momento vai continuar errando no restante da pandemia. Aí, agora, tem o discurso de governadores e do governo federal que não conseguem comprar insumos. Claro, chegaram atrasados. Não tem como comprar mesmo”, critica.

Em relação às vacinas, ele aponta ainda que o país perdeu a oportunidade de fortalecer o seu parque industrial

de produção de vacina (Butantan e Fiocruz), o maior da América Latina, ao continuar negando reiteradamente a pandemia por tantos meses.

Para o epidemiologista da Fiocruz/ Amazonas, isso explica porque o Brasil é um dos últimos países, das grandes economias, a iniciar a vacinação, mesmo tendo a expertise de um dos maiores programas de imunização do planeta. “Um desperdício de recursos humanos e de expertise que poderiam certamente nos colocar em outro patamar de enfrentamento da pandemia e tornar o horizonte do Brasil, da população, da economia e do desenvolvimento social mais favorável. Mas o que vivemos é exatamente o contrário. Temos um presidente que faz campanha contra a vacina, que ameaça a população dizendo que quem tomar vacina da China vai virar jacaré e por aí vai. Nós entendemos o porquê de estarmos mergulhados nessa grave crise sanitária e sem expectativa de resolução em curto ou médio prazo, em plena campanha de vacinação”, afirma

Vacinação equivocada

Embora o início da vacinação no país, em 17 de janeiro, tenha sido celebrado e trazido certa esperança para a população, algumas semanas depois, o ritmo inicialmente pensado para a imunização dos grupos prioritários foi desacelerado por falta de doses suficientes para contemplar

o planejamento apresentado. Com isso, a previsão atual é bastante pessimista em relação à imunização de toda a população ainda em 2021. Além da falta de doses, Jessem Ortellana critica também o planejamento de distribuição das vacinas, feito, segundo ele, com base em critérios políticos e não epidemiológicos.

“Ninguém está parando para refletir que a imunização proposta pelo governo Federal é completamente ineficaz do ponto de vista sanitário e epidemiológico, porque ela faz uma distribuição basicamente proporcional, do número ínfimo de doses que o Brasil tem. Portanto, não resolve o problema de ninguém. É uma estratégia equivocada, inclusive não recomendada pela OMS, porque essas doses deveriam ser distribuídas de acordo com o cenário epidemiológico. Não priorizar a vacinação nos municípios, de acordo com os critérios epidemiológicos, e fazer pelo critério político, que é a distribuição de doses ínfimas para milhares de municípios pelo Brasil, [o governo] continua errando de uma forma comprometedora, porque nós estamos deixando de salvar vidas, onde de fato a vacina pode ser bem mais útil do que vacinando centenas ou milhares de municípios, com uma vacinação que não vai atingir em 30% da população alvo ainda em 2021”, lamenta.

** com informações do Portal da Transparência e agências de notícia*

IMPEACHMENT

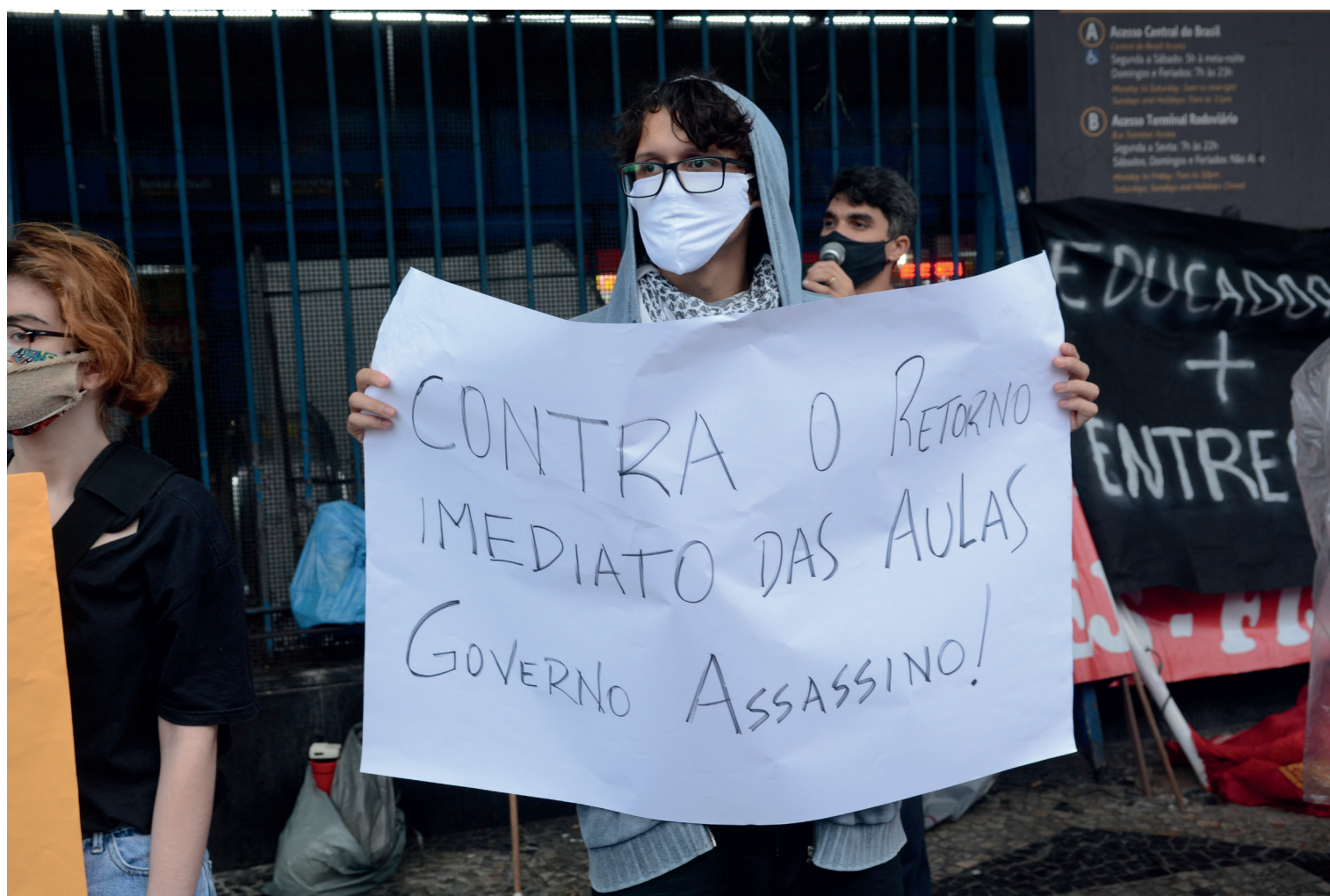
Em meio à crise sanitária, epidemiológica, social e econômica que vive o Brasil, a Câmara dos Deputados já acumula 70 pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro, desde que tomou posse em janeiro de 2019. Isso representa um pedido a cada 11 dias, em média. Alguns documentos foram protocolados antes da pandemia.

Segundo levantamento da Agência A Pública, até o momento, 1432 pessoas e mais de 476 organizações assinaram pedidos de impeachment. Dos 70 documentos enviados ao presidente da Câmara dos Deputados, 56 pedidos originais, 5 aditamentos e 9 pedidos duplicados. Até agora, apenas 5 pedidos foram arquivados ou desconsiderados. Os outros 65 aguardam análise. Desses, ao menos 23 têm relação com a condução do presidente durante a pandemia de Covid-19.

O último pedido foi apresentado em 8 de fevereiro por um grupo de médicos e cientistas. No documento, os profissionais afirmam que Bolsonaro cometeu crimes de responsabilidade na condução da pandemia de Covid-19, que implicaram “na perda de vidas e prejuízos incalculáveis, da saúde à economia”. Listam, para comprovar, uma série de declarações públicas e ações do presidente da República, como o comentário “Eu não sou coveiro”, dito por ele ao ser questionado sobre o elevado número de mortes pela Covid-19 no Brasil.

**com informações da Agência A Pública*

ANDES-SN defende greve sanitária **contra o retorno presencial e em defesa da vida**



A autorização do Ministério da Educação (MEC) para o retorno das atividades presenciais a partir de 1º de março deste ano, nas instituições federais de ensino superior, acendeu um alerta na categoria docente. A construção de uma greve sanitária tem se apresentado urgente e necessária diante do posicionamento do governo federal, por meio MEC, em pressionar pela volta às atividades presenciais sem garantir a vacinação para todas e todos brasileiros.

Diante da pandemia da Covid-19, que ceifou milhares de vidas, diversas categorias do funcionalismo público têm exercido o direito à greve sanitária ou ambiental, tais como professoras, professores, técnicas, técnicos, trabalhadoras e trabalhadores do judiciário estadual em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Pará.

A greve sanitária é proposta quando há um risco à saúde ou segurança das

trabalhadoras e dos trabalhadores presentes no ambiente de trabalho. Nesse caso, as e os trabalhadores decidem suspender a atividade até que o risco seja eliminado. A greve sanitária é amparada pelos artigos 9º e 37º da Constituição Federal, pela Lei 7783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que diante de situações graves justificam a deflagração de greve sem a adoção das formalidades legais e na Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Recentemente, professoras e professores da rede pública estadual de São Paulo aderiram ao movimento para evitar o retorno presencial antes da vacinação. Em novembro passado, as e os técnico-administrativos da Universidade de São Paulo (USP) deflagraram greve sanitária contra o retorno compulsório às atividades presenciais, não essenciais, postura

que garantiu que a reitoria voltasse atrás na decisão.

Consulta

O ANDES-SN no final do ano passado, após reunião conjunta dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes), indicou a realização de uma rodada de assembleias gerais de base, até o dia 5 de fevereiro deste ano, para deliberar sobre a greve sanitária. Entretanto, em decorrência da pandemia que tem afetado o calendário acadêmico das instituições e as formas de organização da base, apenas 22 seções deram um retorno. Dessas, 12 sinalizaram que irão aderir à greve em função da pressão para o retorno presencial sem a vacinação para todas e todos e as condições sanitárias devidas, 2 estão em estado de greve e 5 seções entenderam que não era o momento de sinalizar por uma greve. A greve

sanitária foi uma deliberação do 9º Conad Extraordinário do ANDES-SN, realizado em setembro de 2020.

De acordo com Rosineide Freitas, coordenadora do Setor das Iles/Imes, algumas seções sindicais relataram dúvidas acerca do significado de uma greve sanitária e outras não sofrem uma pressão pelo retorno presencial, neste momento. “O resultado da reunião nos indicou a importância de se construir um informativo mais qualificado sobre o que significa uma greve sanitária e incentivar as seções sindicais a realizarem as assembleias gerais colocando na pauta a apreciação do debate sobre a entrada na greve sanitária, caso a pressão sobre o retorno às aulas presenciais se mantenha. Entendemos que as condições para voltar presencialmente passam pela vacina do SUS [Sistema Único de Saúde] para todas e todos com ordem de prioridade estabelecida pelo PNI [Programa Nacional de Imunizações], testagem ampla e rastreamento dos casos da Covid-19, condições de trabalho nas instituições, institutos e Cefet, o que inclui condições materiais e de equipamentos necessários para segurança sanitária”, afirma a docente. A última reunião dos setores foi realizada no dia 6 de fevereiro e contou com a participação de representantes de 52 seções sindicais.

Casos

Atualmente, o Brasil vive a segunda onda da Covid-19. Até o dia 19 de fevereiro foram contabilizados 10 milhões de casos e mais de 243,4 mil mortes em decorrência do vírus. O atraso e a desorganização na vacinação contra o novo coronavírus não impediu algumas gestoras e gestores de estados e municípios decretarem a volta às aulas presenciais nos ensinos Básico e Médio. Em São Paulo, por exemplo, 681 casos de Covid-19 já foram confirmados entre professoras, professores, trabalhadoras e trabalhadores da educação estadual, em 278 escolas públicas de São Paulo. Os dados atualizados no dia 19 de fevereiro são do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), que tem feito o levantamento diário junto aos profissionais da educação, desde o início do planejamento das aulas presenciais, em 1º de fevereiro. Doze funcionárias e funcionários morreram em decorrência do vírus.

Mesmo em escolas particulares, que teriam mais recursos para cumprir com os protocolos sanitários, os casos de transmissão do vírus não param de crescer. Ao menos três escolas privadas de Campinas registraram 42 casos de Covid-19 após a retomada dos trabalhos presenciais, no fim de janeiro.

Para a diretora do Sindicato Nacional, não há medidas protetivas suficientes

para evitar a propagação do novo coronavírus no ambiente acadêmico. “A categoria precisa ficar vigilante, neste momento, em defesa das vidas e, principalmente, daquelas que mais dependem dos serviços públicos. Entendemos que um retorno presencial sem ampla vacinação e as condições sanitárias necessárias não é viável”, afirma.

Rosineide Freitas ressalta que, para além da pandemia da Covid-19, é necessário radicalizar a mobilização diante dos ataques que estão por vir no decorrente ano. “Precisamos ter como horizonte a greve sanitária, qualificando o que ela seja, entendendo as condicionantes e as consequências, mas também é necessário pressionar por maior orçamento para as instituições de ensino e lutar contra os cortes e, ainda, pela não aprovação da reforma Administrativa e da PEC Emergencial, e de outros ataques que estão por vir. E isso tudo precisa ser construído com a máxima unidade no grande campo progressista no qual o ANDES-SN faz parte historicamente”.

As discussões sobre a greve sanitária devem prosseguir no âmbito das seções sindicais até a realização do 11º Conad Extraordinário, nos dias 27 de março e 3 de abril, que terá como tema “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”.

VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS

O Ministério da Educação, em dezembro de 2020, publicou uma portaria determinando que instituições federais de ensino superior retornassem às aulas presenciais, a partir de 4 de janeiro deste ano seguindo um “protocolo de biossegurança”. Porém, após pressão de entidades sindicais como o ANDES-SN, gestores das instituições, comunidade acadêmica e sociedade em geral, a Pasta recuou. Uma nova portaria foi publicada no mesmo mês (1038/2020), prevendo o retorno às aulas presenciais a partir de 1º de março de 2021.

Na época, a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN apontou que o retorno fere diretamente a autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal e que não caberia ao MEC decidir acerca da gestão administrativa das universidades, especialmente num momento de grave crise sanitária, com altos índices de contágio ainda observados pelo novo coronavírus. Ainda segundo a AJN, a decisão conflita até mesmo com as normas administrativas mais recentes relacionadas aos servidores públicos federais, a exemplo da Instrução Normativa 109/2020, que prevê um “retorno gradual e seguro ao trabalho em modo presencial”, desde que “constatadas as condições sanitárias e de atendimento de saúde pública que viabilizem” a retomada presencial das atividades.

Meio Ambiente tem o menor orçamento do século

Governo Bolsonaro corta verbas para combater desmatamento e fogo, como parte da estratégia de desmonte ambiental

Foto: Shutterstock



A divulgação do relatório “Passando a Boiada – O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro”, publicado em janeiro pelo Observatório do Clima, coloca em números a estratégia de desmonte ambiental do governo Bolsonaro. Em tempos de pandemia, o Ministério do Meio Ambiente poderá dispor do menor orçamento das últimas duas décadas para combater ameaças como desmatamento e incêndios e proceder à fiscalização ambiental. As despesas obrigatórias e as discricionárias, juntas, terão que ser cobertas com os R\$1,72 bilhão destinados à Pasta, ao Ibama e ao ICMBio. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ainda precisa passar por análise do Congresso em fevereiro.

Com 88% dos gastos discricionários (não obrigatórios) comprometidos de antemão com despesas administrativas como aluguéis e pagamento de pessoal terceirizado, apenas R\$4,6 milhões do PLOA 2021, uma vez confirmado, estaria disponível para ações efetivas de proteção ambiental. Para o ICMBio, a queda seria de 56,5% em relação aos valores autorizados em 2019; para o Ibama, de 32,5%. Ações específicas para

combate de incêndios sofreriam redução de 27,4% em relação a 2020, quando foram autorizados R\$174,9 milhões para este fim, e de 34,5% em comparação a 2019, quando o orçamento foi de R\$193,9 milhões. Ainda, o monitoramento por satélite, responsabilidade do Inpe, perde 10% em comparação com o ano anterior, uma redução de R\$ 3,03 milhões para R\$2,73 milhões.

Para Gustavo Seferian, do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA) do ANDES-SN, essa diminuição orçamentária vem amarrada, principalmente, com uma perspectiva negacionista da crise climática. “A boiada passando, objetivamente, assume um caráter perene. Não é algo que passa apenas pela atrofia das políticas públicas, mas é, em sua totalidade, a destruição dos marcos normativos no âmbito do direito ambiental. De forma sintomática, por exemplo, a permissividade ao agronegócio traz uma série de malefícios a todas e todos que, eventualmente, consomem produtos advindos desse setor de produção, entre tantos outros aspectos desse desmonte”, pontua Seferian.

Em relação à criação, gestão e implementação de unidades de conservação (UCs), sob responsabilidade do ICMBio, houve um corte de 61,5% dos recursos em relação ao orçamento de 2018. Segundo o relatório, a precarização é uma estratégia clara no sentido de desmonte do órgão, com a intenção de promover fusão com o Ibama. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, criou um Grupo de Trabalho, em outubro de 2020, para avaliar a fusão das autarquias.

A política de desmanche refletiu na distribuição de multas ambientais, com o menor volume registrado desde 2004, ano em que foi implementado um novo sistema informatizado de gerenciamento de multas. Foram expedidos 9.516 autos de infração, 20% a menos do que em 2019, e queda de 35% em relação a 2018, antes do início do atual governo. Isso, apesar do aumento do desmatamento e das queimadas ocorrido durante os últimos dois anos.

O desmonte das estruturas de proteção socioambiental completa-se com a eliminação de regulamentações; flexibilização do controle da exportação de madeira; loteamento de cargos; proposta de extinção do Instituto Chico Mendes.

2021 O ANO QUE NÃO O TEVE CARNAVAL

A maior festa popular brasileira nasceu bem longe daqui, na Roma antiga. Com o nome de Saturnalia, celebrava o início das colheitas e, em teoria, a igualdade entre as pessoas. Ao aportar no país, junto com a família imperial, recebeu o nome de Entrudo, e traduzia a agonia da luta de classes: era a ocasião em que escravos vestiam a fantasia de senhores e jogavam líquidos variados - mas, apenas, uns sobre os outros; sujar os senhores equivaleria a uma sentença de prisão ou algo pior.

Séculos depois, o carnaval brasileiro virou uma das maiores festas populares de rua do mundo, mobilizando vários setores econômicos, não só em fevereiro, mas ao longo de todo o ano. Além da indústria hoteleira e do turismo, a festa também representa uma das principais fontes de renda de parcela da população, além de ser um momento de extravasar o sofrimento através das fantasias, muitas vezes com conotações críticas e de protesto.

A Covid-19 chegou ao Brasil logo após o carnaval de 2020 e trouxe inúmeros desafios e perdas ao longo do último ano e que se perpetuam este ano. Uma delas foi a suspensão dos festejos carnavalescos pelo país todo. Para compensar a ausência das festas de ruas, blocos, músicos e escolas de samba organizaram lives para tentar alegrar um pouco os corações carnavalescos em 2021. No entanto, não foram capazes de repor as perdas simbólicas e financeiras impostas pela pandemia.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), deixaram de circular mais de R\$ 8 bilhões e

foram cancelados algo em torno de 25 mil empregos temporários. Para Luiz Antonio Simas, autor de 16 livros, entre eles, "A História Social do Samba", esses cálculos escondem uma lógica perversa, que pensa o samba e o carnaval como soluções para os problemas socioeconômicos do país. Antes disso, eles podem ser vistos como potencializadores de contradições, apresentando um Brasil problemático e construído sobre um projeto de país excludente, machista e racista. Simas defende que a exclusão social no Brasil não foi algo que deu errado mas, antes, um projeto.

A disputa das ruas

Pela primeira vez, as ruas do Rio de Janeiro deixaram de receber blocos históricos, como o Cordão da Bola Preta, que desfila desde 1918. Em São Paulo, a escola de samba Vai-Vai, por exemplo, além da tristeza por não ocupar o Sambódromo paulista, chora as mortes de mais de 30 integrantes - entre diretores, baianas, velha guarda e outros -, mortos por Covid-19.

Palco preferencial dos blocos carnavalescos e de protestos públicos, atualmente as ruas estão esperando a vacinação contra a Covid-19 para voltarem a receber foliões e manifestações contra o governo Bolsonaro. Em 2021, o Sambódromo ficou em silêncio, mas os samba-enredos de 2020 ainda ecoavam na memória de quem ouviu a Mangueira, campeã em 2019 com o refrão "Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês", cantar que temos, brasileiros, rosto negro, sangue índio, corpo de mulher:

*Favela, pega a visão
Não tem futuro sem partilha
Nem messias de arma na mão*

*Favela, pega a visão
Eu faço fé na minha gente
Que é semente do seu chão*

Carnaval na capital federal

O carnaval como construção imaterial e identidade cultural de uma cidade é destaque em Brasília, que não tem tradições arraigadas propriamente ditas - é uma cidade jovem, de 60 anos recém-completos. Felipe Velloso, diretor social do Instituto NoSetor, que trabalha pela emancipação da população em situação de rua através do trabalho de saúde mental no Setor Comercial Sul (SCS) da capital federal, conta que "a nossa frustração com a pandemia foi muito porque estávamos em um crescendo. Então, até o carnaval de 2022, o plano é investir em intervenções urbanas para manter o carnaval vivo, focar na parte cultural e criar uma escola de carnaval para preparar os músicos, as fantasias, enfim, toda a magia do carnaval".

Geograficamente, o carnaval do SCS acontece em uma região onde há várias ruas, becos, praças e corredores, o que permite que múltiplas atividades culturais aconteçam simultaneamente, de forma cruzada, explica Felipe, que situa a atuação de facilitador cultural em um contexto maior. "O NoSetor é um organismo vivo, sempre adequado ao momento presente, mas buscando transgredir para poder progredir. A nossa luta é por uma cidade sentimental com respeito ao povo, à natureza e à vida", conclui o diretor do instituto, que tem a missão de dignificar pessoas em situação de rua não apenas no carnaval, mas todos os dias do ano.

HÁ 40 ANOS, ESCREVENDO UMA HISTÓRIA DE LUTA

A história do ANDES-SN é formada por diversos momentos de lutas, conquistas, desafios e vitórias. Durante 40 anos, o país enfrentou profundas mudanças e o ANDES-SN soube acompanhar esse processo e permanecer firme em seus ideais ao longo do tempo, com ações na defesa dos direitos dos docentes e da educação pública de qualidade em todo o país. Muitas foram as diretorias que passaram por este Sindicato. Por este motivo, durante algumas edições do INFORMANDES, daremos espaços aos ex-presidentes e ex-presidentas, para que contem um pouco de como a história do ANDES-SN se confunde com a história de cada um deles e delas. Confira.

2000-2002

Roberto Leher



“Em virtude do capitalismo dependente e da autocracia burguesa, a história da universidade pública foi e é escrita a contrapelo. A luta organizada no Andes-SN reuniu docentes que lutaram para realizar o que a burguesia não fez. Organizado de modo original há 40 anos como sindicato autônomo frente ao Estado, aos governos e às reitorias, forjou um campo universitário democrático em prol da desmercantilização da vida que atualiza as agendas da democracia e da concepção de público”.

1994-1996

Luiz Henrique Schuch



“A escolha política do ANDES-SN ao constituir-se em uma entidade nacional organizada por local de trabalho, classista e autônoma, demonstrou-se imprescindível para expressão da categoria docente como sujeito histórico não corporativo, capaz de defender um projeto educacional e científico para o país. Parabéns ao nosso sindicato por seu compromisso com a luta social.”

2016-2018

Eblin Joseph Farage



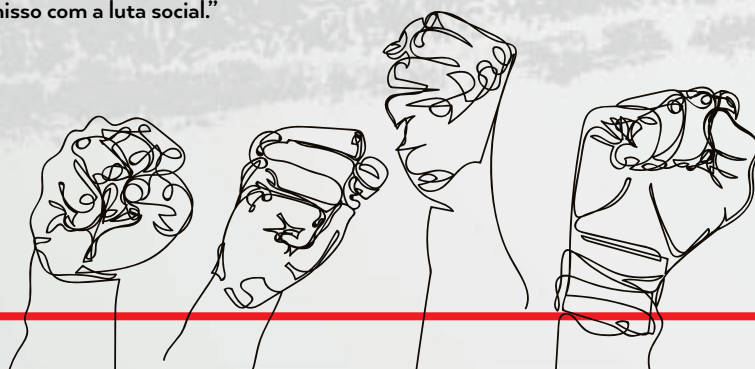
“Pautado pela luta, organização e resistência, o ANDES-SN também se constituiu como um importante espaço de formação, uma grande escola, que nos possibilita analisar a conjuntura em sua totalidade, estabelecer as relações entre o geral e o particular, nos integrando ao conjunto da classe trabalhadora. Certamente toda sua história e luta são responsáveis pela Educação Pública Superior de qualidade que ainda temos”.

1996-1998

Maria Cristina De Moraes



“O ANDES-SN tem desempenhado papel fundamental na defesa e construção da universidade pública brasileira, alicerçada na qualidade, democracia e autonomia. Com a extrema direita no poder, o ANDES-SN tem o desafio de aprofundar a inserção nos movimentos sociais, mobilizando sua base para a defesa intransigente da democracia brasileira.”



40 anos
ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS